

O ENSINO SECUNDÁRIO NA PROVÍNCIA DO RIO GRANDE DO NORTE COMO INSTÂNCIA DE INSTRUMENTALIZAÇÃO DA SOCIEDADE IMPERIAL (1834-1852)

Eva Cristini Arruda Câmara Barros – UFRN

Marta Maria de Araújo – UFRN

INTRODUÇÃO

Durante a primeira fase jesuítica da escolarização colonial¹, no período entre 1549 e 1570, foram criados colégios nas cidades de Olinda, Salvador e Rio de Janeiro. Até a expulsão dessa ordem religiosa, em 1759, nessas e em algumas outras cidades a História registra um saldo de 17 colégios e seminários² deixados por essa congregação no Brasil. A iniciação da província potiguar em termos de educação secundária somente vem ocorrer com a criação da primeira Cadeira de Gramática Latina, em 1731³. Às vésperas do Ato Adicional de 1834, essa província elevou essa Cadeira, juntamente com outras, que posteriormente havia criado, à condição de colégio. O presente estudo se atém, particularmente, à reconstituição da formação desse colégio. Entretanto, a fragmentação, desorganização e falta de estrutura que essa forma de ensino trouxe consigo em seu nascedouro, no século XIX, tão lembradas pela Historiografia da Educação, não são valorizadas neste estudo. Em compensação, ganha espaço a modernidade que encontramos nos dispositivos constitutivos que deram forma e conteúdo a essa modalidade pedagógica. É pelo que trazem de novo que esses dispositivos, advindos com o Estado moderno e uma sociedade em construção, serão objeto do presente estudo.

UM NOVO ESTADO, UMA NOVA EDUCAÇÃO

Dos finais do século XVIII à primeira metade do passado, países como Inglaterra e França lideraram o reordenamento da economia mundial sob a ordem capitalista de produção em fraca expansão e domínio (Mattos, 1999). Enquanto nessa Europa civilizada, se passou a buscar incessantemente um método de conhecimento símbolo da ciência moderna, que, entre outras conseqüências, trouxe o reconhecimento da insuficiência da escolástica, Portugal, mesmo pertencendo a esse continente, mantinha-se preso ao catecismo pedagógico do *Ratio Studiorum*, que, dentre suas regras, professava: *Se alguns forem amigos de novidades ou do espírito livre devem ser afastados sem hesitação do serviço docente*. (Apud, Ribeiro, p. 8). Por isso, o historiador

¹ Cf. *A Educação Secundária*, de Geraldo Bastos Silva, 1969. Segundo este autor, em 1570, quando encerrado o período da ação jesuítica liderada pelo Padre Manoel da Nóbrega, eram essas cidades que possuíam os três únicos e grandes colégios existentes no Brasil.

² O primeiro capítulo do livro *História da Educação Brasileira*, 1978, de Maria Luiza Santos Ribeiro, é dedicado a esta fase da educação no Brasil. Consultando historiadores, a autora nos oferta o total de estabelecimentos que essa ordem religiosa possuía no Brasil no ano da expulsão, em 1759.

³ Cf. Marta Araújo, 1982.

saudosista da Filosofia resguardada na metafísica aristotélica, teve que reconhecer que Portugal permanecia *decadente, amigo da inquisição, inimigo das idéias novas, refratário ao Renascimento, alienado do surto das Ciências Experimentais, desconhecedor dos ventos de democratização do ensino, plantada por Comênius...* (Tobias,1972, p.108). Assim, no plano do conhecimento, da cultura e do saber, constituiu-se um desafio para esse país aproximar-se do espírito científico nascente na Europa no século XVI e que, no XVII, atingia uma etapa bastante significativa. Para sair do isolamento e livrar-se do que o afastou do florescente mundo moderno que ele próprio ajudara a construir quando das grandes navegações, foi vital a sensibilidade de D. José I (1750-1777). Por perceber, esse monarca, o quanto social e economicamente o seu país encontrava-se defasado, permitiu que o visionário José de Carvalho e Melo, seu Ministro de Estado, depois Marquês de Pombal, não somente desse expansão a medidas revitalizadoras do mercado português, mas fundamentalmente, impusesse um projeto restabelecendo o poder da Coroa portuguesa, o que significava devolver soberania ao Estado lusitano, uma exigência da época, e um meio desse país participar da modernidade em curso. Para Cardoso (2002), durante aquele reinado, o combate à dominação dos jesuítas, síntese daquele atraso, já era algo real, manifesto em alguns setores identificados com os ideais de modernidade e mudanças e envolvidos com questões relacionadas à cultura, à economia e à sociedade.

Foi nesse contexto que Portugal lançou mão da chamada reforma pombalina, provocando a quebra do monopólio da Companhia de Jesus sobre a cultura e a Educação. Impunha-se à Coroa civilizar homens nos novos códigos culturais para que empreendessem e sustentassem as mudanças que o Estado português necessitava. Não medindo esforços e ciente de função centralizadora que haveria de desempenhar, apresentada esse governo o novo sistema escolar como meio estratégico desse civilizar (Mattos, 1999). Quanto aos Estudos Menores, compreendendo tanto o ensino primário como o secundário, basicamente essa reforma significou a criação das *Aulas Régias* caracterizadas por um sistema de disciplinas isoladas, demarcando uma nova estrutura de ensino. Num primeiro momento, entretanto, sem condições para funcionar como tal, esse novo sistema não foi bem compreendido, não surtindo os efeitos esperados. Ganharam muito mais evidência a desarticulação da organização jesuítica e a falta de condições materiais e de pessoal preparado para levar a cabo uma nova educação que se mostrava leiga, laica, independente. As impressões causadas pela desarticulação de uma estrutura e organização educacional há dois séculos em funcionamento, deixavam marcas profundas. Ainda assim, mesmo continuando a professar os dogmas cristãos, o Estado português não podia mais continuar financiando uma educação que objetivava principalmente a formação do indivíduo para a vida eclesiástica, fortalecendo o poder da Igreja. Foi esse Estado que necessitou ser fortalecido, que precisou de uma educação que se voltasse para formar cidadãos para a vida pública, coletiva, política, secular, conforme os interesses de um

Estado laico, independente, proclamador de princípios gerais, defensor do coletivo, das instituições civis, públicas, democráticas, em nítida oposição ao poder privado.

Assim, em 1822, quando no Brasil foi formalizado o rompimento das relações de dependência política para com a Coroa portuguesa, dando um significado mais comprometedor aos desafios impostos ao nascente Estado, a este, além de herdar aqueles problemas, foi acrescentada mais uma função: a de fazer vingar o projeto de construção de sua própria sociedade, de sua nacionalidade, e com ela o sentimento de uma unidade nacional que desse respaldo e força política ao poder recém instalado. Como passar a ser reconhecido como Estado Moderno, independente, quem há pouco esteve relegado à condição de colônia? No Brasil, entre outras estratégias, aquelas reformas idealizadas por Pombal, no que favoreciam ao enfrentamento desses desafios, parecem de fundamental importância.

TECETURA DE UM MODELO ESCOLAR

Na província potiguar, até às primeiras décadas do século XIX, nos conta Araújo (1982), só existia uma única Aula Régia de ensino secundário, a de Gramática Latina, que funcionou em Natal. Acrescenta Araújo que, depois, por força dos Decretos Imperiais de 1831 e de 1832, nessa mesma cidade, foram criadas outras Aulas, as de Filosofia, Retórica, Geometria e Gramática Francesa. Avaliando a impressão que causaram essas Aulas, afirma Araújo (1982, p.60) que eram *cursos sem nenhuma integração ou vínculo, funcionando em horários e sedes independentes*, leia-se, Aulas que eram dadas nas próprias residências dos professores, no horário de sua conveniência, da forma que lhes convinha. A comparação da organização e estrutura das Aulas Régias com a que os jesuítas dispuseram em seus colégios permite que se compreenda porque na Historiografia da Educação Portuguesa⁴ e Brasileira⁵ há tantas restrições àquelas aulas, geralmente qualificadas de precárias. Quase nada mais, no que diz respeito a essas Aulas, é objeto de atenção. Entretanto, para os propósitos deste estudo, que busca evidenciar a forma escolar colégio como modalidade pedagógica moderna, o tratamento dispensado por Cardoso (2000) às Aulas Régias traz luzes e oferece novos entendimentos, abrindo espaço para outras análises. Assim, a autora preferiu tratar a questão a partir de um ângulo de compreensão do Despotismo Ilustrado, ou seja, da ambigüidade que a palavra *regio* imprime, por um lado, remetendo à idéia de tradição absolutista e, por outro, da consideração da oferta de aula como responsabilidade do Estado, trazendo consigo os desdobramentos que essa mudança implica. Isso significa dizer que a adoção, pelo Estado Português, das Aulas Régias, foi a forma que este encontrou de fazer a educação ser uma questão sua, de trazê-la à sua responsabilidade, de deixá-la sob seu controle, buscando responder assim uma necessidade da

⁴ Cf. Áurea Adão, 1982.

⁵ Cf. Marta Araújo, op. cit.; Maria de L. M. Haidar, 1972; Geraldo B. Silva, 1969.

sociedade moderna. Além do mais, essas Aulas revestem-se das peculiaridades do ensino liberal, não podendo ser colocadas a serviço de um partido ou de uma religião. Os professores são funcionários do Estado, selecionados e por ele nomeados. Ensinar, passa a constituir-se num ofício, uma profissão remunerada, uma carreira. Para esse sistema os alunos devem ser vistos como cidadãos, dissociados das condições sociais que lhe deram origem. Se isso não é suficiente para outros entendimentos, serve à compreensão do que as Aulas Régias dizem dos primórdios do processo de edificação da modernidade dos Estados português e brasileiro, ao mesmo tempo em que revela o processo de modernidade que teve início no interior da própria escola, ainda que, no caso da província potiguar, a prioridade quanto ao ensino secundário tenha recaído sobre a forma colégio, com seus nítidos propósitos elitistas. Como se deu então o avanço, nesta província, a partir das Aulas Régias, da modernidade dessa forma escolar?

Em 1834, um passo que avaliamos como decisivo foi dado pelo presidente Basílio Quaresma Torreão, quando reuniu as cinco Aulas existentes (Filosofia, Retórica, Geometria, Gramática Latina e Francesa) num mesmo estabelecimento, denominando-o de *Athenêo do Rio Grande do Norte*⁶. Que avanço essa reunião pode ter significado? Que modernidade produziu? Se na forma isolada, como vimos, as Aulas Régias de ensino secundário já trazem consigo a forma embrionária do que vem a ser um serviço público, na forma colégio, esse princípio parece muito mais presente. Tomemos como ilustração os Estatutos criados para regerem o Atheneu.

Primeiramente, observemos que mesmo tendo sido Torreão o autor dessa iniciativa, a de mandar elaborar Estatutos para o Atheneu, e mesmo na condição de presidente da província, bem como de diretor desse estabelecimento, não ousou fazer uso de sua autoridade para aprová-los. Se a congregação dos lentes (como eram chamados os professores do Atheneu) havia sido a designada para fazer a redação, uma vez concluída esta, entendeu que somente à Assembléia competia discutí-los e aprová-los. Na sessão de 2 de fevereiro de 1835, numa certa altura de sua fala, Torreão conclama todos a acreditar nos benefícios que *o interessante estabelecimento Literário* que acabara de criar podia trazer à província.

Os Estatutos do Atheneu eram as primeiras leis que a província potiguar conhecia em matéria de escola. Da mesma forma, as Aulas Régias, como sistema de ensino distinguido por conteúdos tributários dos saberes da gramática latina e dos estudos literários, foram, na província potiguar, a primeira forma de ensino secundário. Foi esse justificado pela necessidade de se habilitar jovens *para os diversos empregos da Sociedade*. Apesar de não conter a designação explicitamente, logo se compreende que o Atheneu se destinava principalmente aos jovens que

⁶ O Decreto Nº 5.186, de 13 de janeiro de 1943, que entre outras modificações eliminou o chamado H medial e fixou uma nova grafia para os ditongos, reformou as palavras Athenêo, Athenêu, antes, assim, livremente grafadas. A forma oficial passou a ser Atheneu, mantendo-se, entretanto, o H medial, pois, segundo essa reforma para certos nomes

possuíam condições para, mais tarde, irem realizar o curso jurídico em Olinda, pelo menos naquele início de século XIX, porque depois surgiram outras opções. Em tudo transparecia a novidade. Ao longo do documento, estava arquitetado o colégio.

A arregimentação de lentes para ensinar no Atheneu orientava-se pelos princípios democráticos, isto é, por concurso, havendo duas categorias, a dos *proprietários*, para cada uma das Aulas, e a de *substitutos*, no caso de se necessitar suprir na falta de algum. O sentimento de que aquele haveria de ser um trabalho assumido por um grupo, uma corporação, desde as primeiras regras já esteve presente. Daí a importância que foi atribuída às sessões da Congregação. A exemplo de tantas outras decisões, haveria de prevalecer o entendimento, o espírito de consulta, a aceitação do que fosse decidido pela maioria sobre questões de amplo entendimento. Assim, nenhum lente, isoladamente, segundo aqueles estatutos, podia decidir sobre compêndios a adotar, horário para o início e término das aulas, atos considerados indisciplinares, propostas para exames, frequência dos alunos, a ordem do livro da escola, etc. Para a sessão ter validade era necessário um mínimo de pelo menos quatro lentes presentes, afora o presidente da plenária, que era o diretor.

Inaugurando uma nova cultura, entre outras normas, estabeleceu-se nos Estatutos que os lentes haveriam de se apresentar nas suas Cadeiras até quinze minutos depois da hora marcada. Que, se fosse preciso faltar, haveria de ser essa falta justificada, do contrário, e havendo reincidência, seria o lente substituído. Isso significaria o impedimento de todo um processo de contagem de tempo visando no futuro o jubileamento do professor que após 20 anos de serviço deveria se aposentar com salário integral. A cada um desses professores era confiada a educação dos alunos, devendo dar a estes bons exemplos, bem como manter a ordem nas aulas, exigindo dos alunos muito respeito, advertindo-os quando da menor falta cometida. Principalmente para os que não sabiam portar-se em silêncio na sala de aula; a estes estava reservada uma série de sanções que a Assembléia dos lentes haveria de saber julgar.

De todos os novos costumes inaugurados com o Atheneu é possível que o da realização de *exames* tenha sido o que mais alterou a vida dos alunos. Passava-se o ano todo a preparar estes exames. Exceto nas Cadeiras de Gramática Latina e Francesa, era sorteado um ponto sobre o qual o aluno deveria discorrer. Esse sorteio, rezavam as normas, deveria ocorrer 24 horas antes dos exames, para cuja realização se constituíam bancas examinadoras, abertas ao público. À explanação do ponto, em torno do qual o aluno deveria discorrer, dando provas do que aprendera, somente podia concorrer quem não houvesse cometido mais do que 20 faltas não justificadas e 40 justificadas. Poucos conseguiam aprovação. Eram, os resultados, dramáticos, esperados com muita expectativa. No final daquele primeiro ano de funcionamento, segundo a fala de Torreão (1835),

próprios, como Bahia, por exemplo, deveria se abrir uma exceção. É essa forma que faremos uso ao longo do nosso trabalho. Cf. *Para errar menos*, 1963.

dos 40 escolásticos matriculados somente três haviam conseguido aprovação nos *exames públicos*. Esses resultados eram propagados como se toda província precisasse saber quem era os novos versados. Mesmo desanimadores os resultados, para muitos presidentes, o futuro da província estava naquele único estabelecimento literário, conforme a fala, em 1842, do dr. Manoel de Assis Mascarenhas⁷: *Ainda insisto na necessidade de se decretar por lei, como requisito essencial para a admissão a certos Empregos, os exames das disciplinas que ali se ensinam; medida esta, que, no meu conceito, obrigaria a mocidade abandonar a vida ociosa, a que tanto se entrega, e aplicar-se aos estudos, que formam o curso daquele estabelecimento.*

Assim, a escolaridade adotada, ora era justificativa para atender aos requisitos da montagem da estrutura burocrática do Estado Imperial, ora para atender aos requisitos exigidos aos poucos que tivesse condições de ingressar numa Faculdade. Às custas de muitas despesas, para o padrão econômico da província, havia sido montada toda uma estrutura administrava. Diretor, vice, bedel, porteiro, além dos professores, cada qual com suas atribuições e disciplinamentos.

Assim, sob os auspícios do Estado, mais do que um simples aglomerado das Aulas das Humanidades num só edifício, na província potiguar isso significou o estabelecimento de uma nova forma de socialização. Fazendo uma aproximação com que Bastian (1990) chamou de *verdadeiro laboratório*, o Atheneu pode ser visto como uma sociedade de idéias, pelo papel político que cumpriu ao longo do século XIX, na medida em que se torna espaço de muitas mutações. Nesse sentido, ainda segundo esse autor, instituições como a Atheneu chamam a atenção principalmente por se transformarem em redes pre-políticas, portadoras de modernidade, como antídoto à sociedade corporativista. Havia costume mais atrasado do que o aluno freqüentar a casa, a morada do professor para aprender? A laicização do ensino exige sede, espaço adequado, lugar determinado, hora e especificidades pedagógicas estabelecidas, regras, saberes, disciplinamentos; estes últimos, até mesmo para quem não pertencia aos quadros do Atheneu. Não é sem razão que nos Estatutos do Atheneu recomendados à aprovação por Torreão, dizia-se que se essas pessoas perturbassem as aulas, o bedel tomaria a competente nota e levaria ao conhecimento do diretor para, através deste, chegar ao Juiz de Paz, que se encarregaria de processar *criminalmente* o perturbador. Mais do que um instrumento de punição, o colégio era entregue à sociedade potiguar para constituir um marco na sua cultura. Uma instituição destinada a formar de cidadãos que a vida agrária predominante na província estava longe de ofertar. Os Estatutos anunciava, assim, uma nova forma de se fazer educação escolar.

Situado assim entra a tradição e a modernidade, o Atheneu herda, por um lado, dos velhos tempos, *a marca do prestígio da universidade* (Nunes, 2000), e por outro, traz consigo os códigos

⁷ O dr. Manoel de Assis Mascarenhas governou a província do Rio Grande do Norte nos seguintes períodos: de setembro de 1838 a julho de 1841; de setembro de 1841 a março de 1842; e de, maio a novembro desse último ano.

da uma nova cultura, de um novo saber, de uma nova moral. Discutir, analisar, sujeitar à aprovação, eliminar medidas que não sejam consensuais, eis os primeiros sinais do novo. É possível que um Estado que se pretendia normativo, mas representativo e democrático, tenha inspirado o presidente, Dr. Manoel Ribeiro da Silva Lisboa a afirmar em sua fala de 1837 que *o objetivo principal do Vosso cuidado, um dos mais sagrados do Legislador deve sobre tudo ser a instrução moral do povo (...), que prescreve a conduta que convém na vida civil. Pra consegui-lo importa, primeiro, reformar as escolas e deixar ao governo a faculdade de designar os compêndios e estabelecer um método de estudo apropriados a obter ambos os fins, instruir o entendimento, e reformar o coração.*

Percebe-se nessa fala a influência da concepção moderna de vida em sociedade, uma vez que a idéia de vida civil é exaltada. O Estado visto como o grande provedor, reconhecendo-se em sua responsabilidade. Daí o colégio Atheneu ofertado à sociedade potiguar a serviço de todos esses propósitos.

Mesmo que por mais de uma vez tenham surgido propostas como a do presidente Manoel Lisboa, que sugeriu que fosse criada, no Atheneu, *uma Cadeira de Geometria e Mecânica aplicada às Artes e ofícios, e outra, de Agricultura Prática e Veterinária, suprimindo-se, ao mesmo tempo, algumas de Latim e de Lógica*, colocando em jogo o fortalecimento desse colégio, há de se compreender a preocupação do governante em fazer o Estado ser o mais justo possível, ao pensar uma educação que estivesse voltada para segmentos mais amplos da sociedade. Na prática, apesar das dificuldades, o colégio Atheneu se impõe, tornando-se cada vez mais necessário à província.

POR UM COLÉGIO MAIS SISTEMATIZADO

Passados quatro anos da reunião das cinco Aulas de Humanidades que formaram o Atheneu, o presidente João Valentino Dantas Pinajé, em 1838, avaliando que esse colégio *não*[havia] *obtido melhoramento*, autoriza que se reforme os Estatutos. Se for considerado que nessa data os Estatutos das aulas de Primeiras Letras *ainda se achavam provisoriamente aprovados*, desde o início, dava evidências, o Atheneu, de que o seu funcionamento preocuparia mais que outras questões administrativas. Confirmando essas suspeitas, o presidente Manoel de Assis Mascarenhas, em 1839, afirmava que *a instrução primária se achava em grande atraso*. Entretanto, suas sugestões em termos de expansão de ensino vão para o Atheneu. Propõe que fosse restaurada a Cadeira de Retórica e que fossem criadas as de Geografias e História. Os Estatutos dos Cursos de Ciências Jurídicas e Sociais do Império, que funcionava em Olinda, previam, para os colégios, seis cadeiras destinadas a conhecimentos exigidos para os exames de preparatórios, entre elas, Geografia e História, justamente as que o Atheneu não oferecia. Em 1940, o presidente Manoel de Assis

Mascarenhas se mostra um governante entusiasmado com o progresso cultural que poderia advir com Atheneu. Naquele ano a frequência é considerada elevadíssima (38 alunos), e a conduta dos mesmos é considerada boa. À falta de professor para se submeter a concurso para a cadeira de Retórica, que não estava provida, não só sugere Mascarenhas que se nomeasse um substituto sem concurso, como fosse esse gratificado razoavelmente. A atenção maior que busca obter de todos é reservada, entretanto, ao anúncio da criação de uma Biblioteca, que diz ser uma necessidade, aludindo concorrer, a falta dessa, para o atraso da província. Essa Biblioteca, pensada para funcionar no Atheneu, teria por fim promover a civilização, ser uma associação patriótica, para espalhar as luzes sobre a província. A necessidade de possuir uma clientela que estivesse preparada para enfrentar os exames de preparatórios, fez o presidente Estevão José Barbosa de Moura, em 1841, afirmar que não poderia se dispensar de *instar pelas providências*. No ano seguinte, o novo chefe do governo, Manoel de Assis Mascarenhas toma para si uma preocupação que devia ser menos sua e mais de algumas famílias da província, qual seja, o fato de a mocidade *não querer saborear os doces frutos da sabedoria, e, de involta com a falta de uma assídua aplicação, tem introduzido a desmoralização*. Sua sugestão não foi outra: propôs que se agilizasse a aprovação dos novos Estatutos, o que somente vem ocorrer em 1848. Não foi desta vez ainda que um presidente adiantou para a Assembléia o que seria um Atheneu evoluído, exibindo sua forma colégio. Quem cumpre essa função é presidente Benvenuto Augusto da Magalhães Taques. Afirma o governante, referindo-se aos novos estatutos do Atheneu, que nenhuma influência teria a reforma no progresso do ensino se não fossem bem determinadas as obrigações do Diretor, do Vice-Diretor, dos Professores, empregados e alunos. Junto a estas observações pondera que se a instrução corre sem sistema nem método, como esperar que o colégio tenha bom desempenho? Nesse sentido, sugere que se dê um novo plano aos estudos do Atheneu. Plano, para Taques, significava *marcar minuciosamente o sistema e método que ali devam ser seguidos*; bem como que se regule *os compêndios, as classes, e todas as diversas partes do ensino*. No entender do governante, para tudo deve haver ordem e método, principalmente no ensino. Em sua fala sua de 1848, não economizou palavras para convencer a Assembléia de que as coisas não podiam ficar como estavam, ou seja, que não se podia deixar ao arbítrio daquele que tinha de aprender as humanidades, nem a escolha de por onde principiar, nem a marcha que deviam seguir. Nesta mesma fala Taques adentrou pela sua visão, bastante moderna, da educação. Sugeriu *uma boa ordem dos estudos do Atheneu, introduzindo a sua simultaneidade*. Justificou que isso *permitiria dar-lhes um grande desenvolvimento com muito benefício da instrução da mocidade, que não deixaria de concorrer a instruir-se em um estabelecimento cuja superioridade fosse reconhecida*. Demonstrando estar atualizado com o debate, Taques informa que a simultaneidade dos estudos na instrução secundária, tão geral nos países mais cultos da Europa, havia sido adotada com vantagem no colégio Pedro II,

do Rio de Janeiro. Essa simultaneidade, explicou, *combinada com a divisão por classes, tem as vantagens seguintes: aproveitamento de tempo; alívio das faculdades intelectuais pela variedade do ensino; desenvolvimento gradual da inteligência, porém igual em diversos ramos das disciplinas que ajudam-se mutuamente, e facilitam o seu seguimento; extensão dos estudos, e repetição das matérias, o que tanto contribue para fixá-las na memória.* Alguém, no Rio Grande do Norte, havia pensado a forma colégio de maneira tão moderna como havia feito Taques? Como se suas contribuições tivessem sido pouco, ainda encontra entusiasmo para julgar indispensável a criação de uma cadeira especial, a de Geografia, cujo ensino havia sido desligado da cadeira de Retórica por uma Resolução recente, a de nº 191, do ano anterior. Para Taques, homem que se mostrava em dia com o seu tempo, devia ser considerada uma vergonha para *uma pessoa de educação acurada não conhecer o mundo em que habita, e a população por ele distribuída; assim, como ignorar os fenômenos mais triviais, cuja contemplação todos os dias despertam a sua curiosidade.*

Estes parâmetros, verdadeiro ensaio de uma pedagogia moderna, se não fizeram a cotidianidade do Atheneu nos seus primeiros anos, com certeza, passaram a ser um objetivo perseguido, principalmente quando, após cinco anos de interrupção em suas atividades acadêmicas (1853-1858), volta a funcionar, aproximando-se do modelo proposto por Taques. Durante todo o Império, através dessa forma moderna de ensino secundário, esteve garantida, em terra potiguar, a formação dos quadros para mover o Estado brasileiro, também moderno.

Conclusões

No Rio Grande do Norte, como em muitas outras cidades, para fazer funcionar o ensino secundário, o regime Imperial optou pela definição de uma escolaridade sob a forma de colégio, criando o Atheneu Norte-Riograndense. Da longa trajetória desse colégio, propusemo-nos a chamar atenção para uma sua primeira fase, o período compreendido entre 1834 e 1852. ainda que por demais incipiente, desse período sobressai a forma moderna como o poder público pensou esse colégio; como através dele promoveu uma nova socialização da mocidade nos moldes da nova ordem político-cultural inaugurada com o Império. Mais do que uma simples reunião de Aulas avulsas, o Estado inaugurou na província potiguar uma cultura escolar. Dos primeiros Estatutos do Atheneu emanaram os ensinamentos. Alunos, professores, funcionários, pais e até vizinhança do Atheneu, em níveis diferentes, passam a ter suas vidas intersectadas por essa instituição. Aos poucos, desses vão sendo cobradas novas obrigações, novas formas de portarem-se socialmente, em especial dos alunos. Há todo um trabalho no sentido de adquirirem novos hábitos, costumes, atitudes, conhecimentos que a cultura humanística inspirava. No período em questão, mais do que em outros, travara-se uma luta incessante para que os jovens alunos compreendam o sentido daquele modelo de escola assentado numa pedagogia que associava educação moral e saber,

aprendizagem e aplicação de novos conhecimentos nos novos papéis sociais que nova ordem institucional exigia deles. Apesar de algumas vozes dissonantes, os que governaram a província souberam fazer uso de suas falas para melhor pensarem a estrutura educacional do Atheneu. De todas as contribuições, a mais emblemática foi a do presidente Taques. Foi quem antecipou, na província, o Atheneu na sua forma mais avançada: novas disciplinas, seriação, conhecimento seqüenciado, gradação do saber e divisão das classes de alunos por idade. Foi preciso o Atheneu passar cinco anos desativado (1853-1858) para depois ter condições de apropriar-se de toda essa moderna pedagogia, prestando-se, sobremaneira, à formação de quadros para a burocracia do Estado Imperial.

BIBLIOGRAFIA

ADÃO, Áurea. *A Criação e Instalação dos Primeiros Liceus Portugueses*. Oeiras/Portugal: Calustre, 1982.

ARAÚJO, Maria Marta de. *Origens e tentativas de organização da rede escolar do Rio Grande do Norte: da colônia à primeira república*. Natal: PRAEU/UFRN, 1982.

CARDOSO, Tereza Maria R. F. L. *As Luzes da Educação: fundamento, raízes históricase prática das aulas régias no Rio de Janeiro, 1759-1834*. Bragança paulista: Editora da Universidade São Francisco, 2000.

BEZERRA, Severino. *Para errar menos: conversa com estudantes, notas sobre o vernáculo*. Natal: Depto. Estadual de Imprensa, 1963.

HAIDAR, Maria de Lourdes Mariotto. *O Ensino Secundário no Império Brasileiro*. São Paulo: Grijalbo, 1972.

MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O Tempo Saquarema*. Rio de janeiro: ACCESS, 1999.

NUNES, Clarisse. O “velho” e “bom” ensino secundário, momentos decisivos. In: *Revista Brasileira de Educação*. Mai/Jun/Ago, nº14, São Paulo: Autores Associados, 2000.

RIBEIRO, Maria Luisa Santos. *História da Educação Brasileira*. São Paulo: Cortez & Morais, 1978.

SILVA, Geraldo Bastos. *A Educação Secundária*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1969.

TOBIAS, José Antônio. *História da Educação Brasileira*. São Paulo: Juriscredi, 1972.